INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE – DOURADOS
C.N.P.J. 18.963.002/0007-37
BALANÇO PATRIMONIAL do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024(Em reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.2 (a)/3	3.299.546	5.232.516
Remuneração de Contratos a Receber	2.2 (b)/4	0	8.868.181
Estoques	2.2 (f)/5	0	243.298
Adiantamentos		0	0
Estoque de terceiros		0	0
Impostos a compensar/recuperar		0	0
		3.299.546	**14.343.994**
Não circulante			
Imobilizado	2.2 (b) /6(a)	0	299.285
Remuneração de Contratos a Receber		0	0
Contas a receber - Contrato Gestão		0	0
		-	**299.285**
Compensação Ativo			
Bens de terceiros em nosso poder	2.2 (d)/6(b)	0	1.822.962
Conta compensação - Imunidade CEBAS	7	818.168	0
		818.168	**1.822.962**
Total do ativo		**4.117.714**	**16.466.241**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	2.2 (b) /8	9.502	952.704
Obrigações Fiscais	2.2 (b) /9	0	41.272
Obrigações Trabalhistas	2.2 (b) /10	34	476.867
Provisões Trabalhistas	2.2 (b) /11	0	277.595
Contratos de Gestão a executar	2.2 (b) /12	3.290.010	12.855.094
Parcelamento de Impostos		0	0
Estoque de terceiros		0	7.648
Outros valores a pagar		0	32.098
Remuneração de contrato antecipada		0	0
		3.299.546	**14.643.279**
Não circulante			
Parcelamento de Impostos		0	0
Recursos de projetos a executar		0	0
Partes relacionadas		0	0
Contrapartida aquisição imobilizado		0	0
		0	**0**
Patrimônio Social			
Superávit/Deficits Acumulado	2.2 (g) (h) /13	0	0
		0	**0**
Compensação Passivo			
Bens de terceiros em nosso poder	2.2 (d) /7(b)	0	1.822.962
Benefícios Fiscais por Imunidade - CEBAS		818.168	0
		818.168	**1.822.962**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**4.117.714**	**16.466.241**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacionais		
Receitas de Contrato de Gestão - Saúde	15.223.143	18.574.123
Receita líquida	**15.223.143**	**18.574.123**
(-) Custos com saúde	**(13.586.357)**	**(16.902.728)**
Salários e ordenados	(4.520.527)	(4.333.838)
Imunidade CEBAS	818.168	
(-) Imunidade CEBAS	(818.168)	
Serviços terceiros	(6.877.059)	(9.476.809)
Materiais e medicamentos	(2.188.771)	(3.092.081)
(=) Resultado bruto	**1.636.786**	**1.671.395**
Receitas e despesas gerais		
Despesas administrativas e gerais	(1.165.643)	(1.141.817)
Impostos e taxas	(211.986)	(27.804)
Receitas com Doações/Bonificações de materiais	-	26
Provisões trabalhistas	(501.379)	(671.770)
	(1.879.007)	**(1.841.365)**
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(242.221)**	**(169.970)**
Receitas financeiras	255.487	182.440
Despesas financeiras	(13.266)	(12.470)
(=) Superavit (Defict) do exercício	0	-
Equilíbrio financeiro		
Resultado do Exercício	0	-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	-	-
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Redução / (Aumento) de Remuneração de Contratos a Receber	8.868.181	(8.762.324)
Redução / (Aumento) de Contas a Receber - Contrato Gestão	-	250.208
Redução / (Aumento) Estoque de Terceiros	-	-
Redução / (Aumento) de Estoques	243.298	123.505
(Redução) / Aumento de Fornecedores	(943.202)	(275.696)
(Redução) / Aumento de Obrigações Trabalhistas	(476.834)	186.778
(Redução) / Aumento de Obrigações Fiscais	(41.272)	23.150
(Redução) / Aumento de Provisões Trabalhistas	(277.595)	106.876
(Redução) / Aumento de Contratos de Gestão a Executar	(9.565.084)	10.938.116
(Redução) / Aumento de Contrapartida Aquisição Imobilizado	-	-
(Redução) / Aumento de Adiantamentos	-	11.124
(Redução) / Aumento de Impostos a recuperar	-	-
(Redução) / Aumento de Parcelamento de Impostos	-	-
(Redução) / Aumento de Conta Correntes de Projetos	-	-
(Redução) / Aumento de Outros Valores a Pagar	(32.098)	294
(Redução) / Aumento de Partes Relacionadas	-	-
(Redução) / Aumento de Parcelamento de Impostos	-	-
(Redução) / Aumento de Estoque de Terceiro	(7.648)	(3.330)
	(2.232.255)	**2.598.701**
Caixa líquido das atividades operacionais	**(2.232.255)**	**2.598.701**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Imobilizado	299.285	(147.035)
Caixa líquido das atividades de investimento	299.285	(147.035)
Aumento/(redução) líquida de caixa	**(1.932.970)**	**2.451.666**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	5.232.516	2.780.849
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	3.299.546	5.232.515
Aumento/(redução) líquida de caixa	**(1.932.970)**	**2.451.666**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Filial Hospital Regional de Cirurgias da Grande Dourados
Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

1.CONTEXTO OPERACIONAL. O INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE é pessoa jurídica de direito privado, constituída em 19/09/2013, com fins não econômicos, social, de saúde, interesse coletivo, com autonomia administrativa e financeira que se rege por estatuto social. Possuindo como missão cuidar de pessoas promovendo saúde e bem-estar e realizar a Gestão de Unidades de Saúde com qualidade, economicidade e humanização. Atuando na gestão de saúde, tendo como principais objetivos: ● *Elaborar, executar e/ou viabilizar projetos para a promoção da saúde, do desenvolvimento sustentável e da cidadania empresarial na área da saúde;* ● *Promover a educação na área da saúde, por meio da difusão de conceitos, direitos e práticas da saúde para crianças, jovens, adultos e idosos para uma vida mais saudável;* ● *Promover os direitos à saúde e prestar assistência à comunidade para o exercício desses direitos;* ● *Promover a assistência à saúde;* ● *Desenvolver e/ou apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas cientificas nas áreas de medicina comunitária, social, ambiental, entre outras;* ● *Colaborar com entidades públicas, privadas e o terceiro setor no planejamento e execução de projetos nas áreas de saúde, sanitária e de sustentabilidade;* ● *Apoiar e participar da elaboração de políticas públicas e de projetos de lei que envolva tema de saúde e sustentabilidade;* ● *Promover ações em defesa do direito à informação e acesso à saúde.*

O Instituto é detentor do **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)**, concedido conforme Portaria SAES/MS nº 3.323, de 7 de outubro de 2025, em razão da comprovação de sua atuação na promoção da assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, sem cobrança de contraprestação financeira dos usuários pelos serviços prestados. A certificação atesta o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187/2021, reconhecendo o caráter beneficente da entidade e habilitando-a a usufruir das imunidades e isenções tributárias aplicáveis às entidades filantrópicas que atuam na área da saúde.

CONTRATO DE GESTÃO – Em 05 de junho de 2020 a entidade assinou o contrato de gestão nº **002/2020** para a gestão e execução das atividades de saúde do **Hospital Regional de Cirurgias da Grande Dourados**, em regime de 24h/dia, assegurando assistência universal, gratuita e equânime aos usuários do **Sistema Único de Saúde - SUS.** O prazo de vigência do presente contrato de gestão será de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93, de acordo com o interesse da Administração Estadual.

17° Termo Aditivo ao contrato de gestão, processo nº 02/202 – GCONT 13538: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato de Gestão n' 02/2020- Identificador 13538, de acordo om o item 43, da Cláusula Quarta - DA VIGÊNCIA, Processo rEA 27/002.537/2019. combinado com o artigo 13, da Lei Estadual nº 4.698, de 20 de julho de 2015. O termo aditivo prorroga a vigência do Contrato de Gestão nº 02/2020 - Identificador 13538, para mais 60 dias a partir 05/06/2025 até 02/08/2025, podendo ser prorrogado por igual período. O Contrato foi encerrado em 02/08/2025.

2.APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração de suas demonstrações contábeis, a entidade adotou todas as normas, pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, notadamente a ITG 2002 (R1) – Resolução 1.409/2012, que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das demonstrações contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração efetue estimativa e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A emissão das presentes demonstrações contábeis foi aprovada pela diretoria da Instituição em 05 de março de 2026.

2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa. Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação, mantidas em instituições financeiras de primeira linha. **b) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou

cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **c)Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos.** A entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações contábeis de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. **d) Imobilizado.** Os bens adquiridos através de doações ou comprados com verbas de custeio ou investimentos, pertencem ao poder público, conforme contrato de gestão, cabe ao instituto a administração dos bens. Os bens cedidos pelo Estado para o início do contrato de gestão, foram registrados no ativo em contrapartida no passivo como "Bens de terceiros em nosso poder". Desta forma não é realizada a depreciação desses bens, uma vez que não integram o patrimônio do Instituto e serão posteriormente devolvidos ao ente público, conforme previsto contratualmente. **e) Provisão para contingências.** A entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração da entidade adota o procedimento de mensurar e provisionar contingências às causas impetradas contra a entidade em função do risco de perda, baseada na classificação de risco e opinião de seus consultores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita com a finalidade de liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **f) Estoques.** Os estoques estão relacionados, principalmente a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. O Instituto realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque, quando aplicável. **g) Patrimônio Social.** Em conformidade com a **NBC T 07 (R2) – Subvenções e Assistências Governamentais, as subvenções governamentais** são registradas como receita ao longo do período e apropriadas de forma sistemática para compensação das despesas relacionadas. Dessa forma, o resultado do exercício é integralmente absorvido pela execução das atividades institucionais, resultando em saldo zero no Patrimônio Social ao final do período. **h) Apuração do resultado do exercício.** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais do Instituto são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a **NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais** - a Subvenção Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma "**item 12 a 15**", onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. Para os serviços contratados é considerado o período de execução destes, para apropriação do resultado. Para a receita, é considerado o incorrido contratualmente. **i) Renúncia Fiscal.** A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional – CTN.

3.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo Fixo	-	332
Banco Itaú – Recursos Terceiros	2	2
Banco Itaú – Aplicação Financeira	3.299.544	5.232.182
	3.299.546	**5.232.516**

As aplicações contábeis estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições contábeis de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

4.REPASSES DO CONTRATO DE GESTÃO A RECEBER

Recursos financeiros a serem recebidos do contrato de gestão para a execução das atividades e serviços de saúde. Sendo que o Instituto é responsável pela aplicação dos recursos recebidos.

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração de contratos a receber - Circulante	-	8.868.181
	-	**8.868.181**

Os valores recebidos pelo Instituto no âmbito do Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado de Saúde (SES) são registrados no passivo e destinados conforme o orçamento aprovado. Não há provisão para perdas de crédito esperadas (PCLD), pois os repasses ocorrem mensalmente e não há valores vencidos. Devido ao encerramento do contrato de gestão, não há valores a receber.

5.ESTOQUES

	31/12/2025	31/12/2024
Medicamentos	-	68.886
Materiais hospitalares	-	136.931
Material de higiene e limpeza	-	6.812
Material de uso e consumo	-	0
Dieta enteral	-	0
Materiais de manutenção	-	13.267
Material de expediente	-	11.759
Gases medicinais	-	0
Gêneros alimentícios	-	0
Estoque em trânsito	-	0
Opme	-	5.643
	-	**243.298**

O Instituto realiza inventário rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque. Por esse motivo não foi constituída provisão para perdas com estoque. Devido ao encerramento do contrato de gestão, todo o saldo de estoque foi baixado contra o resultado.

6. IMOBILIZADO

a) Imobilizado adquirido pelo instituto com recurso financeiro de investimento:

Bens adquiridos pela entidade no decorrer da gestão que tem registro apartado para que o controle seja efetivo e no final da gestão tenha prestação de contas das aquisições. Vale salientar que todos os bens adquiridos pela entidade são informados ao ente público através de ofício, no entanto, essa tarefa não anula a comunicação ao final do contrato.

Descrição	31/12/2024	Adições	Transferências	31/12/2025
Equip.de Informática	14.849	695	(15.544)	-
Máquinas e equipam.	110.252	4.000	(114.252)	-
Móveis e utensílios	174.184	21.820	(196.004)	-
	299.285	**26.515**	**(325.800)**	-

b) Imobilizado de terceiros em nosso poder:

O Instituto Mais Saúde informa que não registra em seu Balanço Patrimonial os bens classificados como Ativo Imobilizado cedidos utilizados na execução de suas atividades operacionais. Tal procedimento decorre do fato de que esses bens móveis e equipamentos cedidos e empregados na prestação dos serviços foram adquiridos diretamente pelo ente público competente, permanecendo sob sua titularidade jurídica e patrimonial. Ao Instituto cabe apenas a utilização desses bens para a adequada execução e manutenção dos serviços públicos que lhe foram confiados, não havendo transferência de propriedade ou incorporação definitiva ao seu patrimônio. Dessa forma, considerando que não há domínio, controle patrimonial ou expectativa de benefícios econômicos futuros próprios que caracterizem ativo nos termos das normas contábeis aplicáveis, os referidos bens não são reconhecidos contabilmente no Ativo Imobilizado do Instituto, permanecendo registrados no patrimônio do ente público.

Descrição	31/12/2024	Adições	Transferências	31/12/2025
Equip.de Informática	38.968	-	(38.968)	-
Máquinas e equipam.	568.686	-	(568.686)	-
Móveis e utensílios	1.215.308	-	(1.215.308)	-
	1.822.962	**-**	**(1.822.962)**	**-**

Após o encerramento do contrato de Gestão, os bens foram devolvidos ao estado.

7.BENEFICIO FISCAL POR IMUNIDADE – CEBAS

	31/12/2025	31/12/2024
INSS S/SALÁRIO – IMUNIDADE CEBAS	791.379	-
PIS S/SALÁRIO – IMUNIDADE CEBAS	26.789	
	818.168	**-**

Em decorrência da concessão da certificação, a entidade passou a usufruir das imunidades e isenções tributárias previstas na legislação aplicável às entidades beneficentes de assistência social, especialmente no que se refere às contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento, tais como a contribuição previdenciária patronal ao INSS, bem como outras contribuições vinculadas. Para fins de controle e transparência contábil, o valor correspondente ao benefício fiscal obtido será registrado em contas de compensação, de forma cumulativa, durante o período de três anos de vigência da certificação, evidenciando o montante das contribuições que deixaram de ser recolhidas em razão da imunidade tributária. Esse procedimento tem por objetivo demonstrar, de forma clara, o impacto econômico do benefício usufruído pela entidade ao longo do período.

8. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais hospitalares	5.712	73.826
Serviços gráficos	2.520	2.520
Materiais e serviços de manutençã	380	48.370
Material de uso e consumo	89	4.190
Medicamentos	-	33.046
Serviços médicos	-	406.057
Material de expediente	-	539
Serviços de assessoria e consultoria	-	1.500
Gêneros alimentícios	-	64.032
Serviços técnicos/imagens e análises	-	38.770
Outros serviços de terceiros	-	150.464
Materiais e serviços de informática	-	29.966
	-	549
Despesas com veículos	-	6.634
Viagens e estadias	-	450
Marketing propagandas e publicidade	-	21.308
	-	2.512
Material de higiene e limpeza	-	67.971
Locações	**9.502**	**952.704**
Opme		

9.OBRIGAÇÕES FISCAIS

	31/12/2025	31/12/2024
INSS s/nfs terceiros	-	7.751
IRRF s/ nfs de terceiros	-	6.864
PIS/COFINS/CSLL nfs terceiros	-	21.324
ISS s/nfs de terceiros	-	5.334
	-	**41.272**

10.OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	-	203.739
Encargos s/salários	-	273.128
Contribuição Sindical	34	-
	34	**476.867**

11.PROVISÕES TRABALHISTAS

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de férias	-	277.595
	-	**277.595**

12.CONTRATOS DE GESTÃO A EXECUTAR

Os valores do contrato de gestão firmado com a Secretaria do Estado de Saúde – SES foram registrados em uma conta do passivo, para serem destinados conforme o projeto orçado. Após o encerramento do contrato, aguardamos definições junta a secretaria para devolução do valor residual.

	31/12/2025	31/12/2024
Contratos de Gestão a executar – Curto Prazo	3.290.010	12.855.094
Contratos de Gestão a executar – Longo Prazo	-	-
	3.290.010	**12.855.094**

13.PATRIMÔNIO SOCIAL

Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2023, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, o Instituto procedeu os ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a **Norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais**, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece **a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros**, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, a política contábil adotada busca reconhecer as receitas de subvenção em montante equivalente às despesas incorridas na execução do contrato de gestão, o que tende a reduzir a ocorrência de superávits ou déficits significativos.Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, o Instituto optou em não divulgar a **DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido**, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2024 e 2025, respectivamente.

14.CONTINGÊNCIAS

Com base na resposta de circularização dos assessores jurídicos, o Instituto não possui contingências que figura no polo passivo nas esferas cíveis, trabalhista e tributário, com probabilidade de perda provável, com base na CPC 25 – Contingências. Em relação as causas possíveis, com base na reposta dos assessores jurídicos a Entidade possui o montante de R$ 0,00, que se refere ao ano de 2025.

15.COBERTURA DE SEGUROS – NÃO AUDITADO

A entidade não mantém apólice de seguros para cobertura de eventuais sinistros de seus bens patrimoniais, ou aqueles sob sua responsabilidade.

16.APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

17.INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de riscos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Instituto a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Instituto, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco**. Estrutura do gerenciamento de risco.** As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto. **Risco de Crédito.** O risco de crédito refere-se à possibilidade de prejuízo financeiro caso o ente público, contraparte ou instituições financeiras falhem no cumprimento de suas obrigações contratuais. Esse risco está associado principalmente aos recebíveis do Contrato de Gestão 002/2020. Para mitigar esse risco, o Instituto adota uma política de gestão que prevê avaliações regulares sobre o fluxo de caixa e estratégias para minimizar impactos financeiros. As aplicações financeiras são realizadas exclusivamente em títulos de renda fixa de curto prazo, em instituições de baixo risco conforme avaliações de agências de rating. Com relação às contas a receber, os recursos do Instituto provêm exclusivamente dos repasses financeiros contratuais para a execução das atividades pactuadas. Para assegurar a continuidade dos serviços, o Instituto realiza periodicamente solicitações de reequilíbrio financeiro em seus contratos. **Risco de Liquidez.** O risco de liquidez representa a possibilidade de o Instituto enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações financeiras. Para mitigação, busca-se garantir disponibilidade de recursos suficientes para honrar os compromissos, mesmo em cenários adversos. As principais obrigações financeiras incluem fornecedores, recursos de projetos, contas a pagar e parcelamentos. A gestão de liquidez é estruturada para evitar prejuízos operacionais e assegurar o equilíbrio financeiro. **Risco de Mercado.** O risco de mercado envolve a influência de fatores externos, como variações nas taxas de câmbio e juros, sobre os ganhos e custos do Instituto. A exposição a esse risco é minimizada, pois os principais custos operacionais, incluindo despesas com pessoal, são fixados em moeda nacional e ajustados conforme dissídios das categorias profissionais. Os investimentos são realizados em operações Atreladas ao CDI, mitigando variações de taxa de juros. Além disso, o

Instituto não possui exposição a risco cambial, pois não realiza transações em moeda estrangeira. **Risco Cambial**. O Instituto não mantém operações em moeda estrangeira, seja em financiamentos, fornecedores ou aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, não havia contratos de hedge cambial em aberto. **Gestão de Capital.** A política do Instituto visa manter uma estrutura de capital sólida, garantindo a confiança dos credores e possibilitando o crescimento sustentável. O equilíbrio entre retorno financeiro e segurança patrimonial é um dos princípios da gestão de capital. **Valor Justo.** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros estão em conformidade com os valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras, sem variações relevantes.

18.EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes de 1° de janeiro de 2026 até data de emissão dessas demonstrações contábeis e, que sejam necessárias divulgações adicionais, conforme CPC 24.

MARIANA MONIZ MEIRELLES REIS	FELIPE JOSÉ DA SILVA JUNIOR
Presidente	Contador
RG: 13.598.304/6	Reg.CRC-SP nº 1SP297249O6
CPF: 153.710.818-28	CPF: 273.869.828-01

Relatório do auditor independente

sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE

São Paulo - SP

Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Social Mais Saúde – Hospital Regional de Cirurgias da Grande Dourados – Dourados/MS (Instituto)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas a entidades sem fins lucrativos. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Encerramento do Contrato de Gestão.** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 – Contexto Operacional, que descreve que o Instituto Social Mais Saúde manteve Contrato de Gestão com o Governo do Estado para o gerenciamento e execução das atividades do Hospital Regional de Cirurgias da Grande Dourados, o qual permaneceu vigente até 02 de agosto de 2025, quando foi encerrado. Em decorrência do término do referido contrato, o Instituto deixou de exercer a gestão operacional da unidade hospitalar, tendo sido adotadas as providências administrativas, contábeis e patrimoniais necessárias ao encerramento das atividades vinculadas a esse instrumento. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis desta unidade operacional, as quais são utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Instituto Social Mais Saúde. Somos responsáveis pela direção, supervisão e execução dos trabalhos de auditoria desta unidade e pelas conclusões reportadas no âmbito da auditoria do grupo. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 09 de março de 2026

LRG Auditoria e Consultoria	LEUNAM BATISTA DA SILVA
2SP049036/O-0	Sócio
	CRC 1SP269.321/O-9

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

O Hospital Regional de Cirurgias da Grande Dourados (HRCGD), sob a administração da OSS Instituto Social Mais Saúde. Possui 32 leitos e realiza cirurgias de baixa e média complexidade com o intuito de evitar o deslocamento de pacientes que necessitam deste atendimento para a capital, Campo Grande, atuando como referência na macrorregião de Dourados para 32 municípios no interior do estado. As especialidades cirúrgicas atendidas na unidade sao: Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia, Cirurgia Vascular e Ortopedia e Traumatologia, também são realizadas consultas de Cardiologia. **CIRURGIA ORTOPÉDICA.** Em 2025, no período de janeiro a julho, o HRCGD realizou 505 cirurgias ortopédicas, com uma média mensal de 72 procedimentos, representando um cumprimento de 79% da meta contratual contratada. **CIRURGIA GERAL.** Em 2025, no período de janeiro a julho o HRCGD realizou 846 cirurgias gerais, com uma média mensal de 121 procedimentos, representando um cumprimento de 104% da meta contratual contratada. **CIRURGIA VASCULAR.** Em 2025, no período de janeiro a julho, o HRCGD realizou 94 cirurgias vasculares, com uma média mensal de 13 procedimentos, representando um cumprimento de 67% da meta contratual contratada. **CIRURGIA GINECOLÓGICA.** Em 2025, no período de janeiro a julho, o HRCGD realizou 374 cirurgias ginecológicas, com uma média mensal de 53 procedimentos, representando um cumprimento de 130% da meta contratual contratada. **CONSULTAS AMBULATORIAIS.** Ao todo foram 8.073 consultas ambulatoriais com média mensal de 1.153 acima do estabelecido pela meta contratual (350 consultas), pois muitos pacientes que são encaminhados não apresentam perfil clínico para realização de cirurgias. Além disso, outras variáveis como absenteísmo dificultam o atingimento das metas havendo a necessidade do aumento de consultas para capitação de pacientes. **SADT** a meta de SADT Externo e de 1.240/mês. O HRCGD realizou 23.632 SADT externos e obteve alcance de 272% da meta no período. O relatório integral do desempenho do HRCGD em 2025, está disponível em nosso portal da transparência no link abaixo: https://www.institutomaissaude.org.br/downloads/dourados_relatorio_consubstanciado_2025.pdf